

CIDADE, CIDADÃO, CIDADANIA

PROGRAMA DE GOVERNO

Coligação “Somos todos Brasília”

Partido Socialista Brasileiro – DF

Partido Democrático Trabalhista – DF

Partido Social Democrático – DF

Solidariedade – DF

Rede Sustentabilidade – DF (em processo de formação)

2014

PROGRAMA DE GOVERNO

Coligação “Somos todos Brasília”

PSB – PDT – PSD – SD - REDE

SUMÁRIO

Apresentação	3
1 Organização do Programa do Governo	5
2 Princípios	6
3 Eixos Programáticos	7
4 Eixo Cidade	8
Diretrizes estratégicas do Eixo Cidade	9
Planejamento Metropolitano e Rural	10
Meio Ambiente	12
Mobilidade	13
Infraestrutura	15
Ciência, Tecnologia e Inovação	18
Desenvolvimento com Sustentabilidade	20
5 Eixo Cidadão	22
Diretrizes estratégicas do Eixo Cidadão	22
Educação	23
Saúde	27
Cultura	29
Segurança Pública	30
Políticas para segmentos sociais	32
Esporte e Lazer	33
6 Eixo Cidadania	34
Diretrizes estratégicas do Eixo Cidadania	35
Gestão e Governança	36

APRESENTAÇÃO

O Programa de Governo da coligação “Somos todos Brasília”, constituída pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB-DF), Partido Democrático Trabalhista (PDT-DF), Partido Social Democrático (PSD-DF), Solidariedade (SD) e Rede Sustentabilidade (Rede-DF), este em processo de formação, oferece aos moradores do Distrito Federal propostas que visam garantir uma administração comprometida com a qualidade de vida da população e orientada pelos seguintes valores: ética, transparência, eficiência, inovação, sustentabilidade e participação popular.

Entendemos que a crise do nosso sistema representativo é resultado da dissonância entre os interesses do povo e as ações da esfera política. Já não é mais possível responder à sociedade com iniciativas de governo que desprezam o desejo de participação. Os brasileiros querem aprofundar a nossa democracia e anseiam por transparência total na política.

Democrático e fiel aos padrões éticos mais exigentes, o Governo criará condições para que a população acompanhe todas as ações administrativas, tanto no planejamento quanto na avaliação das políticas públicas. Assumimos o compromisso de estabelecer e fortalecer uma cidadania ativa, valorizada por um serviço público eficiente e profissionalizado.

Preconizamos um Governo que seja capaz de mobilizar a sociedade, gerando desenvolvimento econômico, sustentabilidade e inovação. As pessoas, as empresas e as organizações não podem conviver com estruturas de governo que criam barreiras para o empreendedorismo e que não prestam serviços de qualidade.

Para superar a falta de transparência, a burocracia e a ineficiência do Estado, desenvolveremos políticas públicas estruturadas e adequadas para promover o desenvolvimento sustentável, que expressem o compromisso com os verdadeiros anseios da população e produzam resultados concretos e mensuráveis. O modelo de Governo que propomos busca permanentemente a qualidade dos serviços nas diversas

áreas, o que é possível com a implantação de uma gestão por resultados, que aumente a capacidade de realização do Governo, construindo um Estado justo e igualitário.

Além de garantir serviços de qualidade em áreas fundamentais como Educação, Saúde, Cultura, Segurança, Mobilidade, Esporte e Lazer, o Governo investirá em políticas sociais que alcancem todos os segmentos e que consolidem os direitos individuais e a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, buscará explorar os meios disponibilizados pela ciência, pela tecnologia e pela inovação para modernizar a estrutura governamental e a infraestrutura necessária para colocar o Distrito Federal em sintonia com os avanços do conhecimento.

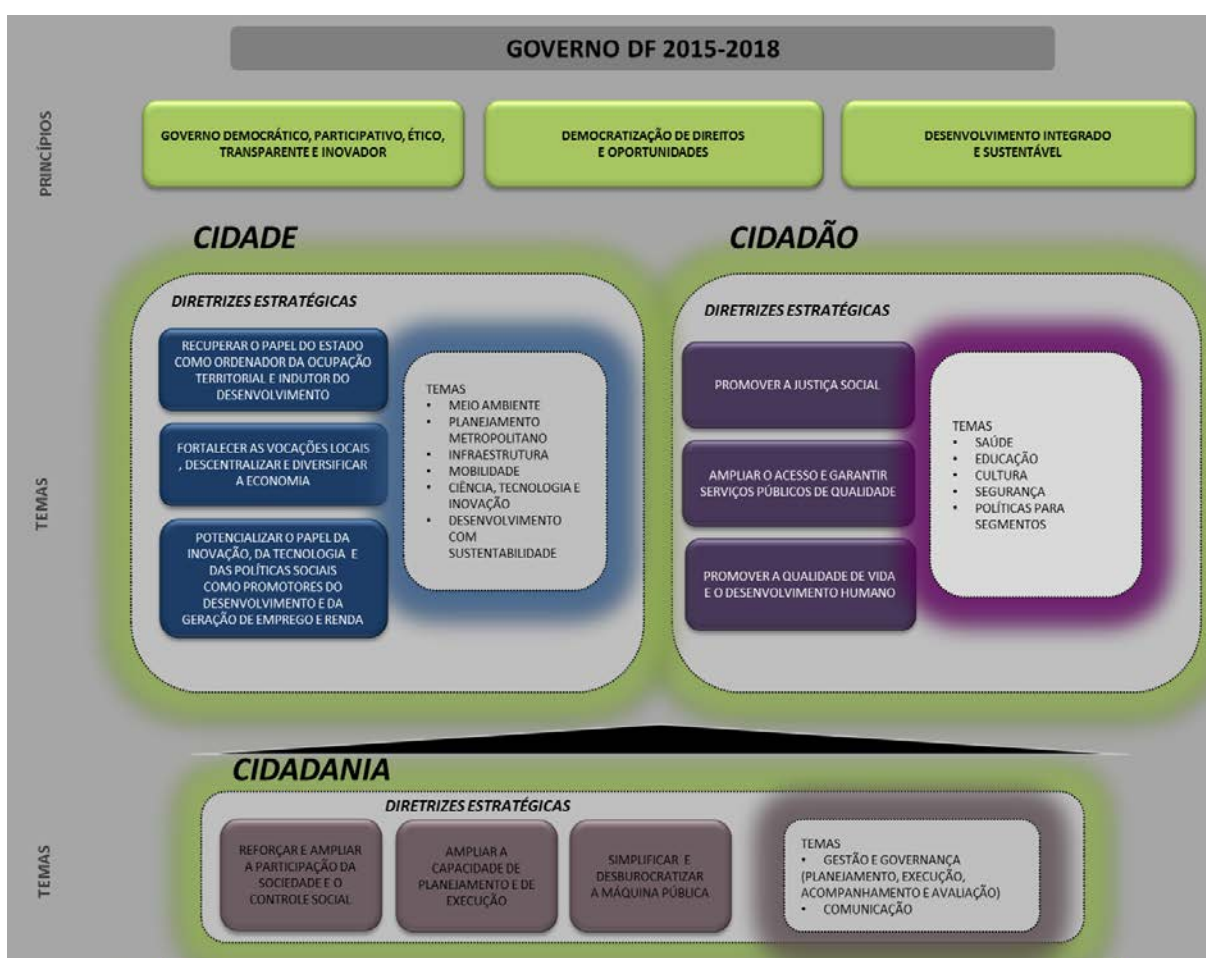
Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável do DF, assumimos as seguintes premissas: a) conservação, valorização e uso consciente dos recursos naturais, dentro dos limites naturais do funcionamento dos ecossistemas; b) desenvolvimento de atividades econômicas orientadas para a valorização da vida e para a inclusão dos mais carentes, com a adoção de práticas que tenham o máximo de eficiência energética e o mínimo de produção de resíduos e de impactos negativos sobre os ecossistemas; c) promoção da justiça social, tendo como prioridade as demandas da sociedade, a garantia dos direitos democráticos e a busca do desenvolvimento humano.

As propostas da coligação “Somos todos Brasília” pretendem valorizar as cidades do DF, tratadas como periferia do Plano Piloto de Brasília. Entendemos que Brasília é todo o Distrito Federal e que somos todos brasilienses. A descentralização, a maior autonomia das Administrações Regionais e a exploração econômica das vocações de cada cidade promoverão o desenvolvimento local. Vamos reaproximar o GDF das pessoas, recriar e fortalecer canais de interlocução com a sociedade e de controle social das políticas públicas e devolver a autoestima aos brasilienses. A participação informada da sociedade é fundamental para impedir a corrupção e a malversação dos recursos públicos. Somente assim será possível recuperar a esperança de um futuro melhor e a confiança na política.

PSB – PDT – PSD – SD – Rede

1. ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

O Programa de Governo, proposto pela aliança entre os partidos PSB, PDT, PSD, SD e pelo partido em formação Rede Sustentabilidade, está organizado em torno de três Eixos programáticos, Cidade, Cidadão e Cidadania, compostos por 12 áreas temáticas orientadas por Diretrizes Estratégicas, e embasados em três princípios fundamentais. As relações entre esses elementos estão representadas no seguinte diagrama:



2. PRINCÍPIOS

Os três princípios fundamentais, presentes em todas as ações propostas neste Programa de Governo, são:

- **Governo democrático, ético, participativo, transparente e inovador.** Democrático e fiel aos padrões éticos mais exigentes, o Governo atuará a serviço da população, atendendo às demandas sociais e garantindo a participação de todos os setores. A população participará de todas as ações administrativas – do planejamento à avaliação das políticas públicas – e terá acesso ao andamento das obras e à execução orçamentária, a serem divulgados de forma transparente e em linguagem adequada. Na reorganização da estrutura administrativa e dos procedimentos, o Governo estará comprometido com soluções criativas e inovadoras, particularmente aquelas que constituem boas práticas já adotadas em outros locais, tanto no país, quanto no exterior. Assumimos o compromisso de estabelecer e fortalecer a formação de uma cidadania ativa, e de um serviço público profissionalizado e qualificado.
- **Democratização dos direitos e oportunidades.** Os direitos do cidadão serão promovidos e o acesso aos serviços públicos será democratizado. Além de garantir serviços de qualidade nas áreas de saúde, educação, segurança, transporte, mobilidade e infraestrutura, o Governo investirá em políticas sociais que alcancem todos os segmentos e que consolidem o direito de proteção e uso sustentável dos recursos naturais. O princípio inclui ainda o direito à informação e o respeito ao patrimônio público, que é de todos. Será igualmente valorizado o direito ao trabalho – compreendido como atividade essencial para a realização humana –, ao emprego digno, ao aperfeiçoamento profissional continuado e à renda compatível com as necessidades das famílias. O Governo buscará, enfim, a promoção dos direitos humanos e da diversidade sociocultural.
- **Desenvolvimento sustentável e integrado.** O Governo terá como objetivo o desenvolvimento sustentável do DF, tomando por base as seguintes premissas: a) conservação, valorização e uso consciente dos recursos

naturais, dentro dos limites naturais do funcionamento dos ecossistemas; b) desenvolvimento de atividades econômicas orientadas para a valorização da vida, para a inclusão dos mais carentes, com a adoção de práticas que tenham o máximo de eficiência energética e o mínimo de produção de resíduos e de impactos negativos sobre os ecossistemas; c) promoção da justiça social, tendo como prioridade as demandas da sociedade, a garantia dos direitos democráticos e a busca do desenvolvimento humano. As ações do Governo deverão contribuir para a valorização da diversidade sociocultural, ao contemplar todos os setores da sociedade e todas as escalas de espaço (local, regional, distrital e, no que couber, nacional e global) e de tempo, garantindo os direitos sociais e políticos da população e também das gerações que virão. Além disso, desenvolvimento integrado do DF será alcançado por meio de ações que reconhecerão cada região e cada cidade como um todo em si mesmas, e como também parte integrante do conjunto formado pelo DF e pela RIDE.

3. EIXOS PROGRAMÁTICOS

As diversas áreas temáticas e as atividades propostas no Programa de Governo estão organizadas em torno de três eixos: **Cidade, Cidadão, Cidadania**. O eixo **Cidadania** constitui a base da ação governamental e é visto como ‘um meio’ para realizar os outros dois, considerados ‘eixos fins’. Nesse sentido, o eixo **Cidadania** influencia os temas, as diretrizes estratégicas e os objetivos a serem atingidos nos eixos **Cidade** e **Cidadão**.

Para o Governo da aliança PSB, PDT, PSD, SD e Rede, de acordo com as propostas delineadas neste documento, o eixo **Cidade** caracteriza o ambiente em que as pessoas vivem, convivem, trabalham e produzem riquezas. *As Diretrizes estratégicas do eixo Cidade apontam para a ação do Estado sobre a ocupação do território e na definição dos rumos do desenvolvimento. Em busca da sustentabilidade, serão adotadas medidas de descentralização e diversificação da economia, tendo como meta o desenvolvimento local e a formulação de políticas seguras de geração de empregos e de renda, compatíveis com as demandas demográficas, e com a preservação dos ecossistemas.*

O eixo **Cidadão** refere-se ao destinatário de todas as ações governamentais, a quem são dirigidos os resultados gerados pelas políticas públicas, que têm por objetivo a melhoria da qualidade de vida. *A justiça social, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, com base no acesso a serviços públicos de qualidade, constituem a essência das diretrizes estratégicas do eixo Cidadão. Para terem sucesso, necessitam estar articuladas com cidades que mantenham equilíbrio com os demais ecossistemas e com um Estado que promove a cidadania.*

O Governo tem o papel de promover a **Cidadania**. Os direitos e deveres do Cidadão são o fundamento de todas as ações que trazem a sustentabilidade para a Cidade. Desse modo, *constituindo a base da pirâmide que se sustenta nos eixos Cidade e Cidadão, as diretrizes estratégicas do eixo Cidadania assumem compromissos com o planejamento e a execução de metas democraticamente estabelecidas, com a simplificação da máquina pública, e com o fortalecimento de uma sociedade que participa e controla as ações do Estado.*

4. EIXO PROGRAMÁTICO CIDADE

O acelerado processo de urbanização ocorrido ao longo do século XX no Brasil não se realizou de modo planejado e organizado. A segregação espacial instalada nas cidades brasileiras criou o cenário ideal para o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais. A ausência de planejamento urbano e metropolitano no contexto da intensa urbanização e do forte crescimento populacional gerou e continua a gerar exclusão social, degradação ambiental e ineficiência econômica.

No Distrito Federal, a situação não é diferente. Embora o Plano Piloto seja mundialmente reconhecido como um exemplo de urbanismo moderno bem sucedido, a ocupação do restante do território ocorreu e se consolidou praticamente à margem de uma estratégia integrada de planejamento. Esforços anteriores não surtiram o efeito desejado, em função de diversos fatores relacionados à incapacidade gerencial e operacional do governo, à prevalência de interesses de grupos econômicos poderosos e

à fragilidade econômica do DF.

A dinâmica socioeconômica da maioria das cidades do DF depende do Plano Piloto e, em muitas localidades, percebe-se a ausência do Estado, na gestão dessa relação de dependência. As desigualdades são evidentes: com menos de 10% da população do DF, o Plano Piloto concentra a grande maioria dos empregos existentes; a renda *per capita* do Plano Piloto é mais que o dobro da renda *per capita* média das demais Regiões Administrativas; além disso, o Plano Piloto chega a ter renda *per capita* mais que 10 vezes superior a de algumas cidades da Área Metropolitana.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- **Recuperar o papel do Estado como ordenador da ocupação territorial e indutor do desenvolvimento.** Ao longo dos anos e de sucessivos governos, o poder público perdeu a capacidade de planejar a ocupação territorial e de induzir o desenvolvimento do DF. A incapacidade dos governos e a prevalência de interesses econômicos provocaram uma expansão desordenada das nossas cidades. Tal dinâmica não parece refletir as necessidades da população, além de agravar a segregação espacial e a degradação ambiental, prejudicando o desempenho econômico e a qualidade de vida na cidade.
- **Fortalecer as vocações locais, descentralizar e diversificar a economia.** A concentração econômica e de bens e serviços públicos no Plano Piloto provoca diversos problemas, como os congestionamentos nos horários de pico. Somente uma estratégia consistente de dinamização socioeconômica, com vistas à distribuição equilibrada das atividades nas diferentes Regiões Administrativas, em consonância com a melhoria da infraestrutura e da oferta de serviços públicos de qualidade nas cidades será capaz de promover uma política eficiente para o desenvolvimento sustentável no DF.
- **Potencializar o papel da inovação, da tecnologia e das políticas sociais como promotoras do desenvolvimento e da geração de emprego e renda.** Não se pode mais buscar o desenvolvimento do DF a qualquer custo, especialmente se esse custo representar degradação ambiental, agravamento das desigualdades socioeconômicas e redução da qualidade de vida da população. A estratégia de desenvolvimento deverá privilegiar o papel do

empreendedorismo, das micro e pequenas empresas, da ciência e tecnologia e da inovação. Políticas sociais relacionadas à promoção da saúde, à universalização da educação de qualidade, ao estímulo à cultura, à garantia da segurança pública, à democratização de direitos e oportunidades devem ser articuladas e integradas, servindo de base para a qualificação do desenvolvimento no DF, nas cidades e no campo. O objetivo é crescer e se desenvolver, investindo na qualidade de vida das pessoas.

PLANEJAMENTO METROPOLITANO E RURAL

O processo histórico de ocupação territorial no DF é marcado pela prevalência do interesse de grupos, pela falta de planejamento e por soluções pontuais e incoerentes. Graves falhas na regularização fundiária e a omissão crônica do Estado geraram um quadro caótico que favorece a grilagem de terras e a corrupção. A concentração econômica no Plano Piloto relega vastas áreas consolidadas e populosas ao segundo plano nas políticas de promoção do desenvolvimento, enquanto outras têm suas vocações – urbanas, agrícolas, econômicas e ambientais – desperdiçadas.

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) estima que em 2030 o DF terá 1 milhão de habitantes a mais que hoje. Neste cenário, serão necessárias 400 mil novas casas e apartamentos em relação ao número existente em 2010. A demanda por serviços públicos crescerá na mesma proporção, e oferecê-los com qualidade continuará a ser um desafio para o governo. O aumento vertiginoso do número de automóveis aponta para o colapso do sistema de mobilidade. Para evitar a significativa piora da qualidade de vida, é imprescindível enfrentar os desafios hoje e planejar o futuro do DF.

Uma concepção renovada de nossa cidade deve priorizar o planejamento da ocupação territorial do DF, a fim de promover o equilíbrio na distribuição dos equipamentos públicos, da infraestrutura física e da prestação de serviços de qualidade para a população, nas áreas residenciais, nos locais de trabalho e nas áreas de lazer. Para tanto, as políticas públicas devem ser integradas, com ênfase nas questões de educação, saúde, segurança, esporte, cultura, lazer, transportes e mobilidade, habitação, saneamento ambiental e desenvolvimento econômico com sustentabilidade. Isso será possível com a

adoção ou revisão de instrumentos coerentes de planejamento territorial: ZEE, PDOT, LUOS e PPCUB, entre outros. Só assim poderemos superar a segregação espacial, dinamizar as cidades e a área rural do DF, descentralizar a geração de emprego e renda, combater a corrupção associada à ocupação ilegal da terra e reduzir o déficit habitacional, que atinge principalmente as populações de baixa renda.

Paralelamente, é imprescindível preservar e valorizar a área tombada de Brasília. O conjunto urbanístico da cidade sofre frequentes ameaças, sendo o PPCUB apenas a mais recente. Brasília é *Patrimônio Cultural da Humanidade* porque sua concepção é única. Portanto, merece ser preservada para as gerações futuras. O tombamento, em todas as suas dimensões, não deve ser visto como um entrave ao desenvolvimento da cidade e precisa ser recolocado em seu devido lugar, como uma magnífica oportunidade para se promover o desenvolvimento, particularmente nas áreas da cultura e do turismo. A singularidade do conjunto urbanístico de Brasília deve ser assimilada como valor cultural pelos moradores do Distrito Federal e por todos os brasileiros.

OBJETIVOS

- Resgatar a capacidade de planejamento do poder público, segundo uma concepção integrada, a fim de criar e consolidar cidades sustentáveis.
- Dotar o governo de recursos humanos, financeiros e materiais para planejar, ordenar, fiscalizar e controlar a ocupação territorial do DF.
- Reestruturar os órgãos de fiscalização ambiental e fundiária, com definição clara de atribuições e responsabilidades.
- Ampliar a participação e o controle social sobre o planejamento, o ordenamento, a fiscalização e o controle da ocupação territorial das áreas urbanas e rurais do DF.
- Adotar ou revisar instrumentos públicos coerentes de planejamento e ordenamento territorial: ZEE, PDOT, PPCUB, LUOS, PDTU, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da AMB.
- Utilizar o potencial da TERRACAP como agência de desenvolvimento urbano, incumbida de induzir a direção da expansão urbana no DF.
- Descentralizar regionalmente as atividades econômicas, os equipamentos e os serviços públicos, criando vínculos funcionais entre as cidades.
- Identificar áreas de expansão ou adensamento urbano;

- Promover regularização fundiária e ambiental, urbana e rural, de modo a combater a corrupção, reduzir a informalidade e desestimular a ocupação irregular do território.
- Garantir, nas condições definidas pela lei, a titulação de terras e fortalecer os pequenos e médios produtores rurais, eliminando-se a insegurança jurídica que ameaça as propriedades.
- Reduzir o déficit habitacional e de saneamento básico, especialmente para a população de baixa renda, seguindo uma concepção que integre ocupação territorial, mobilidade e prestação de serviços públicos básicos.
- Articular o planejamento metropolitano e rural com o planejamento do sistema de mobilidade, o fornecimento de infraestrutura e a proteção do meio ambiente.
- Modernizar a infraestrutura, os equipamentos e os serviços públicos, de acordo com a necessidade específica de cada região administrativa.
- Preservar o Conjunto Urbanístico de Brasília, a partir de debate amplo, transparente e participativo sobre o PPCUB.
- Melhorar a qualidade de vida da população, propiciando o acesso a escolas, postos de saúde, serviços e lazer, por meio de transporte público.

MEIO AMBIENTE

No centro das políticas de ordenamento da ocupação territorial do DF estará a preocupação com a proteção e uso sustentável do meio ambiente. O governo deve atribuir transversalidade à política ambiental. Um elemento-chave dessa estratégia é a existência de órgãos ambientais fortes, capazes de cumprir com eficácia e eficiência zelar pela proteção do patrimônio ambiental da sociedade. Entretanto, outro aspecto se mostra cada vez mais fundamental: incorporar a dimensão ambiental à formulação, execução, avaliação e ao controle das demais políticas públicas, como planejamento metropolitano, mobilidade, infraestrutura, educação e saúde.

OBJETIVOS

- Atribuir transversalidade à política ambiental, na relação com as demais políticas públicas no DF.
- Promover cultura sustentabilidade nas atividades produtivas, na vida

doméstica e nas relações de consumo, de modo economicamente racional.

- Aproveitar o potencial econômico dos recursos ambientais e dos produtos da sociobiodiversidade, criando e desenvolvendo cadeias produtivas do Cerrado, segundo o melhor conhecimento técnico e econômico disponível, com o respeito e a inclusão das comunidades tradicionais.
- Reconhecer a importância dos serviços ambientais, por meio de incentivos creditícios e desburocratizantes, e de políticas de compras públicas.
- Fortalecer os órgãos ambientais e de fiscalização, definindo claramente suas atribuições na formulação e implementação de políticas ambientais integradoras, bem como instituindo mecanismos e instâncias de articulação e funcionamento desses órgãos.
- Promover a racionalidade e dar agilidade a processos de licenciamento e de regularização ambiental, assegurando a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente.
- Ampliar e fortalecer as Unidades de Conservação da Natureza do DF, inclusive os parques urbanos, a fim de proteger a biodiversidade do Cerrado, os recursos hídricos e as áreas de recarga de aquífero.
- Fortalecer o Zoneamento Econômico Ecológico como ferramenta de planejamento e gestão socioambiental para orientar e balizar investimentos públicos e privados no DF.
- Implementar, em debate com os setores organizados da sociedade, Política Distrital de Mudanças Climáticas, que contribua para a redução de emissões e a valorização de atividades econômicas de baixa emissão de CO₂.
- Desenvolver uma política integrada com a RIDE para proteção e recuperação das águas e das regiões de recarga de aquíferos do cerrado, que abastecem o DF.

MOBILIDADE

O modelo de mobilidade urbana centrado no alargamento de vias para escoar o crescente número de veículos movidos a combustíveis fósseis dá claros sinais de esgotamento e tem significativos impactos negativos sobre o clima e a qualidade do ar. O padrão de ocupação territorial do DF e a concentração econômica, cultural e de empregos no Plano Piloto induz movimentos pendulares, que fazem com que a

população tenha de se deslocar por longas distâncias para realizar suas atividades cotidianas. Com uma das maiores taxas de motorização do Brasil, o DF sofre com congestionamentos cada vez maiores.

Tendo em vista que a mobilidade é fundamental para a universalização do direito à cidade, cabe ao Estado promover as condições necessárias para aumentar a mobilidade da população, garantindo maior qualidade de vida para as pessoas e acesso aos bens e serviços disponíveis na cidade. É obrigação do poder público oferecer, direta ou indiretamente, alternativas ao automóvel, como calçadas e ciclovias conectadas e de qualidade, transporte coletivo eficiente, com o uso integrado de ônibus, metrô e trens urbanos e metropolitanos, a fim de avançar na transição para a economia de baixo carbono também no setor de transportes.

Além disso, o conceito de mobilidade deve estar associado à menor necessidade de deslocamento das pessoas, cabendo ao Estado promover a descentralização de bens e equipamentos públicos, bem como o desenvolvimento equilibrado, sustentável e integrado de todas as cidades do DF. Nesse contexto, é imprescindível associar o planejamento do sistema de mobilidade ao planejamento da ocupação do território, segundo uma concepção que integre transportes e desenvolvimento.

OBJETIVOS

- Desenvolver um sistema de transporte intermodal, que integre bicicleta, automóvel, ônibus, metrô e trens metropolitanos, de maneira racional e eficiente, em articulação com o planejamento urbano e metropolitano, com implantação do Bilhete Único.
- Priorizar o transporte não motorizado em relação ao motorizado e o motorizado coletivo em relação ao individual.
- Priorizar o transporte coletivo, concebido como um serviço público de baixo custo, digno e de qualidade, resgatando o papel do poder público na pesquisa, no planejamento, na regulação, na fiscalização e no controle do sistema.
- Promover o funcionamento sistêmico do transporte público, com o objetivo de tornar atrativo o transporte coletivo.
- Promover o uso de veículos movidos a combustíveis renováveis e pouco poluentes, como biocombustíveis e veículos elétricos.

- Integrar projetos de mobilidade urbana com projetos de desenvolvimento regional, associando eixos viários a eixos de oportunidades econômicas, em especial nas regiões de maior concentração populacional.
- Promover a criação de vínculos funcionais entre as cidades do DF por meio do fortalecimento de eixos de transporte coletivo, especialmente entre Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo 1 e 2.
- Ampliar o uso de bicicletas para deslocamentos diários casa-trabalho e casa-escola.
- Facilitar o uso das calçadas pelos pedestres.
- Promover acessibilidade para as pessoas com deficiência ou dificuldades de locomoção.
- Fortalecer os órgãos que compõem o sistema de mobilidade, por meio da capacitação dos recursos humanos, da racionalização de processos de trabalho e da utilização de equipamentos modernos e eficientes.
- Propor a criação de um novo arranjo institucional para o sistema de mobilidade urbana e semiurbana, que defina as atribuições de cada um dos governos da Área Metropolitana de Brasília (AMB), e que tenha o modal ferroviário como preferencial.
- Promover a paz no trânsito como política permanente de educação, de modo a prevenir acidentes e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura instalada no Distrito Federal – energia elétrica, água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana – é insuficiente para atender às demandas da sociedade no futuro próximo.

OBJETIVOS

- Planejar, implantar, conservar e modernizar as infraestruturas urbanas de modo integrado e articulado, a fim de evitar ineficiência, retrabalho, desperdício de recursos públicos e incômodos recorrentes à população.
- Sanear as finanças das empresas públicas de infraestrutura, e assim permitir a prestação de serviços com excelência e recuperar a capacidade de investimento.

Energia elétrica. A escassez de energia elétrica já é uma realidade que restringe nosso desenvolvimento econômico e provoca incômodos e prejuízos para a população. A CEB é incapaz de fazer frente aos desafios em função do aparelhamento político, da incompetência gerencial, da carência de capacidade técnica e da penúria financeira. É preciso resgatar a capacidade de planejamento e investimento da Companhia, modernizar a rede de distribuição, aprimorar a manutenção preventiva e corretiva e estimular a geração descentralizada de energia por fontes renováveis, com foco no uso doméstico e corporativo.

OBJETIVOS

- Garantir o fornecimento seguro de energia elétrica, com tarifas justas, respeito ao meio ambiente, eficiência energética e o mínimo de interrupções.
- Aprimorar a capacidade de receber e distribuir energia do Sistema Interligado Nacional.
- Melhorar o fornecimento de energia (inclusive iluminação pública LED e fotovoltaica), aprimorar a manutenção preventiva e minimizar o tempo de resposta da manutenção corretiva das redes de transmissão e distribuição.
- Estimular o desenvolvimento tecnológico e a geração descentralizada de energia por fontes renováveis, com foco no uso doméstico e corporativo.

Água. O DF encontra-se na cabeceira de três das principais bacias hidrográficas do País. Em função disso, possui um papel fundamental no quadro nacional, mas pouca disponibilidade hídrica para atender às necessidades da população local. No período da seca, o consumo chega a aproximadamente 98% da água disponível e uma estiagem mais prolongada pode tornar realidade o racionamento de água. É preciso aumentar a capacidade de captação e tratamento de água, por meio da proteção de nascentes e áreas de preservação permanente, recuperação de pequenas captações hoje comprometidas pela degradação ambiental e pela expansão urbana descontrolada, promover o consumo consciente e reduzir o desperdício de água.

OBJETIVOS

- Garantir água de qualidade e em quantidade necessária a todos, mediante a efetiva aplicação da Política Distrital de Recursos Hídricos e a valorização dos Comitês de Bacia Hidrográfica como órgão gestor e espaço de mediação

de conflitos e interesses.

- Proteger os mananciais e ampliar o acesso à água potável para a população, incorporando a saúde humana, a qualidade ambiental e o uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água.
- Viabilizar fontes alternativas e seguras de abastecimento de água.
- Reduzir o desperdício de água e minimizar as perdas na rede de distribuição.
- Promover a reciclagem, o reuso e o aumento de eficiência no uso da água.

Esgoto. O tratamento final de esgoto no DF é deficiente, o que compromete a qualidade da água e agrava o quadro de escassez. Alguns núcleos urbanos, por exemplo, sequer dispõem de tratamento adequado. Qualquer aumento na descarga de esgoto sanitário na bacia do Lago Paranoá pode ameaçar todo o enorme esforço de despoluição daquele corpo d'água fundamental para a qualidade de vida da população. É preciso ampliar a cobertura da rede de coleta e a qualidade do tratamento de esgoto.

OBJETIVOS

- Ampliar e modernizar a infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto sanitário.
- Reduzir a quantidade de poluentes carregada para o Lago Paranoá.

Resíduos sólidos. É inaceitável que a capital federal sequer realize uma coleta seletiva eficaz de lixo e o despeje a céu aberto, em um verdadeiro lixão onde vivem milhares de pessoas, em condições subumanas e sujeitas a acidentes graves e mesmo fatais. Além disso, o lixo é despejado às margens do Parque Nacional de Brasília, contaminando o lençol freático e ameaçando a integridade ambiental do Parque. É urgente reestruturar os órgãos encarregados do tema, equilibrar a coleta de lixo entre as cidades do DF, criar centros de compostagem e de triagem de recicláveis, desativar o lixão da Estrutural e implantar um aterro sanitário eficiente e dar condições dignas de trabalho para trabalhadores da limpeza urbana e para catadores de materiais recicláveis.

OBJETIVOS

- Garantir a coleta e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como estimular sua redução, reutilização e reciclagem, promovendo condições dignas de trabalho para os catadores de materiais recicláveis.
- Minimizar os impactos ambientais causados pela geração de resíduos sólidos.

- Maximizar benefícios sociais e econômicos com a otimização dos serviços.
- Reduzir o volume de resíduos sólidos gerados.

Drenagem urbana. A expansão sem planejamento e sem controle da ocupação territorial provoca a crescente impermeabilização do solo, gerando sobrecarga na rede de drenagem de águas pluviais, que se mostra insuficiente e necessitada de manutenção. É preciso restaurar a capacidade de planejamento e investimento da Novacap e implantar uma concepção de drenagem urbana que privilegie a infiltração no solo e a redução do escoamento superficial, por meio da microdrenagem, da drenagem verde e do estímulo à captação e ao reuso de água de chuva em edificações.

OBJETIVOS

- Modernizar o sistema de drenagem pluvial do DF de modo a garantir a redução do escoamento superficial e maximizar a infiltração no solo e o reuso.
- Minimizar os processos erosivos decorrentes do escoamento superficial de águas pluviais.
- Recuperar, ampliar e qualificar a rede de drenagem de águas pluviais do DF.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Distrito Federal é a unidade da federação com o maior índice de escolaridade do país. Porém, tal potencial ainda não se traduz em um destaque equivalente na geração de produtos e serviços baseados em inovação, de maior valor agregado e que gerem emprego e renda qualificados. A falta de investimentos e estímulos em todo o ciclo de desenvolvimento da inovação faz com que muitos talentos do DF tenham que procurar outros centros, e até mesmo outros países, para exercitar o seu potencial empreendedor. A recente aprovação pela Câmara Distrital de Emenda à Lei Orgânica que aumenta gradualmente os investimentos em CT&I até o patamar de 2% da receita corrente líquida do DF representa uma enorme oportunidade para o DF. É preciso criar as estruturas e desatar os entraves burocráticos, de forma a aproveitar ao máximo esse valioso recurso para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no DF.

Desde a criação de Brasília, a dinâmica econômica do Distrito Federal tem sido baseada nos empregos e contratações realizados pela administração pública. Fora da atividade pública, destaca-se na atividade econômica o peso do comércio e da prestação de

serviços. Para gerar maior dinamicidade econômica, com competitividade para exportação e geração de empregos qualificados, é fundamental que se incorporem no sistema produtivo do DF novas tecnologias produtivas e de gestão.

A ciência, a tecnologia e a inovação devem ser incorporadas à estratégia de desenvolvimento do DF. Essa área precisa assumir posição de destaque, servindo como instrumento orientador de políticas públicas de promoção do desenvolvimento, de geração de emprego e renda e de melhoria dos serviços públicos, especialmente da educação, da saúde e da segurança pública. Com isso, haverá oportunidades de agregar valor à produção econômica e, em consequência, de qualificar o desenvolvimento do DF, inovando em processos, práticas e produtos.

OBJETIVOS

- Garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à Ciência, Tecnologia e Inovação, evitando cortes nos repasses.
- Reestruturar a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), melhorando a infraestrutura, ampliando e qualificando o quadro de pessoal.
- Estimular as inovações locais no setor produtivo por meio de um programa de encomendas tecnológicas do DF, investindo também em tecnologias sociais que aumentem a qualidade de vida da população.
- Transformar o DF em uma área destacada pela grande capacidade de inovação e alta concentração de empresas de tecnologia e centros de ensino tecnológico.
- Promover acesso ao crédito, em especial para micro e pequenas empresas, e estimular a inovação e o empreendedorismo tecnológico, a fim de viabilizar investimentos de empresas intensivas em conhecimento, com ênfase em empreendimentos sustentáveis.
- Instalar infraestrutura de comunicação de alta velocidade que permita a prestação de serviços públicos por meio digital e o acesso à Internet para órgãos do governo, entidades comunitárias e para a população.
- Reconhecer, através de política específica, o acesso à Internet como um direito social indispensável ao pleno exercício da cidadania e ao acesso aos serviços de governo eletrônico.
- Utilizar o poder de compra do Estado para promover a inovação, o

desenvolvimento e a transferência de tecnologia, estimulando a criação de produtos e processos inovadores no DF.

- Garantir o efetivo funcionamento do Parque Tecnológico Capital Digital por meio da definição de um modelo de negócios que assegure o desenvolvimento econômico da região.
- Desenvolver um parque tecnológico de biotecnologia que explore a vocação e o potencial do Distrito Federal nessa área.

DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE

A população do Distrito Federal tem crescido, nas últimas décadas, em ritmo superior à média nacional. Tal aumento populacional não foi acompanhado pelo crescimento econômico, que esbarrou em questões estruturais não resolvidas, como a burocracia, a baixa diversificação da economia e a falta de estímulo ao empreendedorismo. Esse descompasso entre alto crescimento populacional e baixo crescimento econômico fez com que o Distrito Federal atingisse índices de desemprego na faixa de 12%, enquanto que a média nacional, para o primeiro trimestre de 2014, foi de 7,1% (IBGE).

Além do modesto desenvolvimento econômico, as desigualdades regionais também não foram atacadas. As cidades do DF foram expandidas sem o devido planejamento e sem aproveitar o potencial econômico representado pelas vocações de cada lugar, gerando uma intensa concentração dos empregos no Plano Piloto, comprometendo a mobilidade e a qualidade de vida da população. A dinâmica econômica entre as cidades do DF, que deveria ser de complementaridade, cresceu na forma de dependência. Este é o cenário que precisa ser revertido para que o DF se torne, novamente, o motor de desenvolvimento de toda a região.

O desenvolvimento econômico que se pretende para o Distrito Federal deverá gerar impactos no curto, médio e longo prazo sobre a vida das pessoas. Para isso, é fundamental que sejam consideradas políticas que gerem emprego e renda, mas também que tal desenvolvimento seja sustentável para a sociedade e para as comunidades locais.

Tal sustentabilidade será alcançada por meio de inovações induzidas pelo setor público, pela redução de entraves para o bom funcionamento das organizações privadas e pela promoção de um desenvolvimento integrado entre as várias regiões do DF e da RIDE, considerando as vocações e necessidades de cada localidade.

O que se busca é uma maior qualificação do desenvolvimento do DF. Se a concentração econômica e de bens e serviços públicos no Plano Piloto é fonte de diversos problemas enfrentados pela nossa metrópole, ela também se mostra como uma oportunidade para o desenvolvimento futuro do campo e das cidades, em bases economicamente eficientes, ambientalmente responsáveis e socialmente justas.

Despertar e impulsionar as vocações locais constituirá um importante motor do desenvolvimento, mediante a promoção de políticas e programas para geração de emprego e renda nas Regiões Administrativas, com forte apoio aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas. Essa lógica deve estar presente em iniciativas destinadas a revigorar os instrumentos de desenvolvimento regional e impulsionar os diversos setores para a sustentabilidade, tais como: agroecologia, agricultura, pecuária, indústria, serviços, comércio e turismo.

OBJETIVOS

- Criar um ambiente de negócios favorável a investimentos, removendo entraves burocráticos que dificultam o funcionamento das empresas, a liberação de empreendimentos, a concessão de alvarás e o acesso ao crédito.
- Criar um ambiente de inovação no DF, com novos marcos legais que facilitem e estimulem a interação de empresas com Universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento.
- Implantar polos regionais de desenvolvimento que não sejam centrados apenas na oferta de terras, mas que estejam baseados em capital humano, arranjos produtivos locais e visão arrojada de futuro.
- Desenvolver as vocações econômicas e os arranjos produtivos locais, criando novas oportunidades de negócios baseados nos princípios da cidadania e da sustentabilidade.
- Desenvolver políticas vigorosas de atração de investimentos em projetos estratégicos, inseridos em políticas proativas de crescimento econômico sustentável.
- Promover o desenvolvimento integrado da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (RIDE), estimulando o potencial econômico da região.
- Usar o poder de compra do Estado para promover o desenvolvimento, estimulando cadeias produtivas sustentáveis.

- Acelerar a criação de empregos na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços, por meio do empreendedorismo, da inovação e da sustentabilidade.
- Promover o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, com programas específicos de extensão científica e tecnológica e incentivo ao empreendedorismo.
- Promover a agricultura familiar, a agricultura orgânica e a agroecologia, estimulando a alimentação saudável e o consumo consciente, para gerar emprego e renda de maneira sustentável, com a garantia da segurança alimentar da população.
- Promover a regularização fundiária das propriedades rurais elegíveis do DF, priorizando a agricultura familiar e a produção de alimentos e observando os critérios ambientais e sociais.
- Estimular a cadeia produtiva do turismo, especialmente o turismo de eventos, o turismo cívico e o turismo rural e ecológico, consolidando a “marca Brasília”.

5. EIXO PROGRAMÁTICO CIDADÃO

A fundação de Brasília teve como princípio o ideal de igualdade e justiça. A cidade foi criada como um centro de poder onde seria possível ordenar trabalho, sonhos e uma ‘vida aprazível’, como disse Lúcio Costa em seu projeto. Entretanto, o desenvolvimento consolidou-se no sentido contrário. Embora apresente uma das rendas médias mais altas do país, a maior taxa de pessoas com nível superior completo, amplo acesso à internet e às telecomunicações, constituindo ilhas de qualidade de vida, o desenvolvimento desigual reflete as escolhas das políticas públicas efetivadas ao longo das décadas. Além do desenvolvimento excludente, os serviços públicos pecam pela baixa qualidade, baixa cobertura, má gestão e pouca transparência.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- **Promover a justiça social.** Os princípios da solidariedade e da igualdade devem balizar as políticas públicas. O desenvolvimento do DF tem concentrado a renda, os benefícios e a proteção do Estado em alguns

segmentos. Uma sociedade melhor e mais justa é aquela em que as oportunidades são oferecidas a todos, sem qualquer distinção, e na qual se busca eliminar barreiras estruturais, promovendo grupos e setores mais vulneráveis. O crescimento de uma cidade deve ser ambicioso, mas deve ser ético, justo e baseado no diálogo e no entendimento, sem deixar para trás, marginalizados, cidadãos e cidadãos que muito têm a contribuir para a sociedade. Por isso, priorizar políticas sociais e implementá-las de acordo com o princípio da equidade é fundamental para construirmos um Distrito Federal melhor.

- **Ampliar o acesso e garantir serviços públicos de qualidade.** O dever do Estado é oferecer serviços públicos de qualidade. No DF, entretanto, parte da população não tem acesso pleno aos serviços disponíveis e a qualidade oferecida é baixa quando comparada com os recursos disponíveis. Filas nas matrículas de escolas, baixa oferta de cursos de línguas, música, artes, de atividades esportivas e de atividades culturais; longa espera por atendimento médico e por exames nos hospitais, e a sensação de falta de segurança fazem parte da realidade local. O Estado deve estar a serviço da cidadania, e não de grupos específicos. Para isso, é preciso estabelecer melhores instrumentos de gestão, investir nos servidores públicos de todas as áreas, inovar, aumentar a transparência e o controle social, e dialogar com a sociedade.
- **Promover a qualidade de vida e o desenvolvimento humano.** O ser humano e sua relação harmônica com a vida devem ser o centro das estratégias de governo. O desenvolvimento pleno de suas capacidades e a criação das condições para isso serão prioritárias nas ações do Estado. Pretendemos construir cidades em que predominem boas escolas e saúde adequada para todos, que promovem uma cultura de paz, solidariedade e respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente.

EDUCAÇÃO

A educação do DF apresenta indicadores medíocres. Nos anos finais do ensino fundamental, a média de desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação

Básica (IDEB)/ 2011, foi de 3,9; no ensino médio, 3,1, em uma escala de 10 pontos. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)/ 2013, exame que avalia alunos de 15 anos em todo o mundo, enquanto o Brasil apresenta melhoras marginais, o DF piora. A cobertura também é deficiente.

O acesso ao ensino infantil é mais baixo do que a média do Brasil e 352.315 pessoas acima de 15 anos (13,7% da população do DF) poderiam estar cursando o Ensino Fundamental, mas não o estão fazendo. No ensino médio, a taxa de reprovação de alunos é elevadíssima (22,6%), o que leva à alta distorção idade-série, ao abandono e à evasão. Contingentes enormes de jovens são privados do acesso à educação técnica e profissionalizante, dentre outros problemas estruturais. Há muitas escolas em mau estado e mal equipadas. Além disso, os profissionais e trabalhadores da educação estão insatisfeitos e desmotivados, com poucas oportunidades de desenvolvimento profissional.

É preciso enfrentar o problema de baixa cobertura setorizada, bem como investir fortemente em estratégias para a melhoria da qualidade da educação, com escolas integrais, projetos pedagógicos alinhados com as realidades das famílias e das comunidades, currículos flexíveis, assistência técnica e pedagógica às escolas e formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Para aprender mais, é preciso fazer mais.

OBJETIVOS

- Ampliar a cobertura do sistema educacional em todos os níveis, priorizando-se a universalização da Educação Básica.
- Priorizar a Educação Infantil em todas as suas fases, universalizando o atendimento com qualidade para a faixa etária acima de 4 anos e ampliando significativamente o atendimento de 0-3 anos.
- Ampliar o número de creches públicas e estimular a oferta de matrículas gratuitas em creches conveniadas com o poder público, por meio da concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social (comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos), até que haja vagas na rede pública.
- Garantir a oferta de vagas em escolas próximas das crianças e jovens, nas

idades onde moram, de modo a se reduzir deslocamentos que os vulnerabilizam.

- Oferecer as condições materiais para a educação, recuperando a infraestrutura física das escolas e de suas áreas adjacentes.
- Promover a educação integral em jornada integral, que incorpore novos conhecimentos, saberes e tecnologias, que valorize as diversidades social, cultural e ambiental, o conhecimento colaborativo e o fazer conectado com a vida cotidiana.
- Ampliar e fortalecer o EJA - Ensino de Jovens e Adultos - de forma a atender ao enorme contingente da população com baixa escolaridade.
- Expandir a rede de Centros Interescolares de Línguas e de Escolas Especializadas - em Ciências, Humanidades, Saúde, Música e áreas tecnológicas.
- Valorizar profissionais e trabalhadores da educação com carreiras estruturadas, remuneração digna e qualificação adequada às demandas e aos desafios da sociedade contemporânea e atenta às particularidades de cada nível e modalidade de ensino.
- Promover e garantir a formação inicial e continuada de profissionais da educação nos diversos níveis e redes de ensino para uma educação inclusiva, garantindo a elaboração de materiais didático-pedagógicos que incorporem as perspectivas dos direitos humanos;
- Promover o fortalecimento da capacidade técnica das escolas, o acesso a novas tecnologias, a diversificação de currículos e o acesso a formas diferenciadas de avaliação.
- Tornar a gestão escolar democrática, eficiente e inovadora, descentralizada e transparente, com a utilização de modernas técnicas gerenciais combinadas com a adoção de boas práticas e a participação efetiva da comunidade escolar na tomada de decisões.
- Conceder maior autonomia administrativa e financeira às escolas para que possam otimizar seus processos.
- Buscar a colocação ótima de professores nas escolas, racionalizando-se a alocação de professores por especialidades;
- Diminuir o déficit no quadro de pessoal do sistema público de educação,

para atender à demanda presente e à futura expansão do sistema;

- Criar sistemas de avaliação sistêmica do desempenho, com vistas a melhor diagnosticar o estado geral de gerenciamento, ensino e aprendizagem;
- Promover arranjos que permitam a adaptação do ensino ao desempenho e à aptidão do alunado, nas diferentes disciplinas;
- Difundir as metodologias que levem em conta as diferenças individuais e o conhecimento colaborativo, a simulação, os jogos, o fazer conectado com a realidade cotidiana e global.
- Assegurar a universalização do acesso das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, independente da idade, nas escolas regulares e/ou nas unidades especializadas.
- Dotar as direções e coordenações de instrumentos para atrair e manter os alunos, bem como para envolver famílias e comunidades no processo educativo;
- Articular os serviços de assistência social e saúde com as escolas - não somente visitas médicas e odontológicas e realização de diagnósticos múltiplos com equipes multidisciplinares (fonoaudiólogos, pediatras, nutricionistas etc.), mas também diagnóstico da situação socioeconômica e afetiva dos adolescentes e da família.
- Melhorar os índices de aprendizado, com pleno apoio à escola, ao professor e ao aluno, inclusive com a criação de sistemas de avaliação próprios, promovendo o fluxo escolar adequado (reduzir repetência e distorção idade-série, bem como evasão e abandono).
- Articular a Secretaria de Educação com a área de Defesa Social, de modo a se prevenir a violência nas escolas;
- Promover políticas e programas de inserção e formação para o trabalho, voltados para jovens e adultos que respondam às demandas e necessidades reais do setor produtivo.
- Erradicar o analfabetismo, hoje abaixo dos 3%, mas resiliente nas faixas etárias mais avançadas, com oferta mais ampla e direcionada do EJA.
- Promover políticas e programas para o envolvimento da comunidade e dos familiares das pessoas em privação de liberdade, com atendimento

diferenciado, de acordo com as especificidades de cada medida e/ou regime prisional, considerando suas necessidades educacionais específicas.

- Coordenar ações com os municípios da RIDE, de forma a se atender todo o alunado sem comprometer a cobertura e a qualidade dos serviços;
- Buscar a ampliação gradativa de recursos próprios para a educação no DF.

SAÚDE

A gestão ineficiente e a falta de articulação da rede de saúde provocam um erro de fluxo: as portas de entrada são os pronto-socorros dos hospitais, e as filas para atendimento são cada vez maiores. O DF apresenta baixa cobertura do Programa de Saúde da Família, concorrendo para precarizar ainda mais a assistência da atenção básica. A resolutividade na atenção básica também é muito baixa, fazendo com que diagnósticos e tratamentos que poderiam ser feitos nesse nível de atenção acabem sendo “empurrados” para a média e alta complexidade.

O acesso é difícil e a rede pública está sobrecarregada, com demora no atendimento, no diagnóstico e no tratamento. Vale destacar que pacientes com necessidades terciárias, como a oncologia (tratamento de câncer), e quaternária, como a reabilitação, têm dificuldades enormes de se tratar no sistema público, já que a oferta desses tratamentos é baixa. A saúde mental também precisa de reestruturação na sua assistência. De acordo com o Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (IDSUS), indicador que avalia o desempenho do SUS, em 2012 o DF ocupava a 20ª posição, entre as 27 unidades da Federação. O quadro se torna mais grave pela pressão das regiões limítrofes e pelo afluxo de pacientes de outros Estados.

É extremamente necessário melhorar a atenção básica e a qualidade de atendimento dos níveis de média e alta complexidade.

OBJETIVOS

- Modernizar a gestão, de modo a torná-la mais descentralizada e eficiente, inclusive do ponto de vista financeiro, definindo metas específicas de cobertura, qualidade e padronização do atendimento público em saúde.
- Promover a cooperação entre administração pública, sociedade e academia na gestão do sistema de saúde.
- Integrar os níveis de atenção e apoio à saúde, possibilitando a promoção

integral da saúde à população.

- Promover a eficiência dos principais processos-chave da saúde, acelerando e qualificando o atendimento, diagnóstico e tratamento dos pacientes;
- Aprimorar a gestão dos recursos financeiros destinados à saúde.
- Qualificar de maneira permanente o quadro de profissionais da saúde, de modo a que possam prestar atendimento efetivo e alinhado em todos os níveis de atenção do SUS, ampliando, principalmente, a atuação da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS).
- Restabelecer os quadros das áreas profissionais da saúde mais carentes.
- Fomentar parcerias entre universidades, faculdades, institutos de pesquisa locais, regionais, nacionais e internacionais para cooperação científica e tecnológica em saúde, bem como para a melhoria da formação contínua dos profissionais de saúde.
- Ampliar a cobertura da atenção básica à saúde no DF, com ênfase na expansão da estratégia de saúde da família e foco nas regiões com piores indicadores de saúde.
- Promover a diminuição da procura por atendimentos nos hospitais, em casos onde a atenção básica possa suprir a demanda.
- Promover maior integração das políticas e ações assistenciais, preventivas e educacionais de saúde às escolas públicas e particulares do DF.
- Promover a educação da população quanto aos fatores responsáveis pela boa saúde e quanto à prevenção de fatores que levam ao adoecimento.
- Fortalecer políticas públicas para a mudança sócio – comportamental da população.
- Elevar o acesso e a qualidade da assistência de média e alta complexidade, ampliando e reorganizando a Estrutura Hospitalar no DF, bem como revitalizando as adequações físicas e tecnológicas das unidades que a compõem.
- Fortalecer a atenção a segmentos (mulheres, negros, idosos, pessoas com deficiência, jovens) na atenção básica, de média e alta complexidade.
- Fortalecer e aprimorar a Assistência Domiciliar.
- Implantar policlínicas odontológicas.
- Estabelecer parcerias com o Governo Federal, Estados e Municípios da

RIDE para implementação integrada e complementar de políticas e ações de saúde.

- Restituir os impostos distritais incidentes sobre remédios para pessoas de baixa renda.

CULTURA

A Cultura deve ser aproveitada em seu potencial mobilizador, educador, criativo e produtivo. Sua instrumentalização burocrática e excludente por sucessivos governos não tem produzido o impacto social, estético e econômico que poderia gerar no DF. É preciso potencializar a cultura, em suas várias linguagens, expressões e manifestações, como motor para o desenvolvimento, e valorizar a extraordinária diversidade brasileira, sintetizada na capital do País.

É preciso romper com as formas tradicionais das relações políticas baseadas no apadrinhamento e no privilégio e dar um tratamento efetivamente democrático e participativo, a partir de uma rede institucional integrada, que fortaleça o Conselho de Cultura do DF e também opere com Conselhos Regionais de Cultura, a partir de políticas públicas estruturantes, elaboradas e discutidas sob a ótica de Estado, e não de governo. Políticas dotadas de recursos orçamentários previstos plurianualmente, que sejam, de fato, da cidade. Políticas transversais, dotadas de mecanismos transparentes de acompanhamento, fiscalização e controle social.

OBJETIVOS

- Incorporar a cultura como eixo estratégico e transversal para o desenvolvimento do DF;
- Estimular e fortalecer as cadeias produtivas da economia criativa no DF.
- Ampliar os recursos para a cultura e democratizar o atendimento a todos os setores culturais e linguagens artísticas, regiões e localidades do DF.
- Preservar a disponibilidade dos recursos do FAC
- Criar novas linhas de financiamento junto às estatais, regulamentar a Lei de Incentivo à Cultura do DF e reestruturar o FAC, para que seja, de fato, mais

democrático e menos burocratizado, que opere sob diretrizes de políticas públicas, com fluxo contínuo de editais e recursos humanos e tecnológicos para o acompanhamento das ações financiadas.

- Ampliar a oferta de espaços e equipamentos culturais multimídia de qualidade, em todas as regiões do DF, que sejam equipados, seguros, de fácil acesso, com programação permanente, cursos e oficinas regulares.
- Disseminar circuitos de arte e cultura, criando um círculo virtuoso com projetos estruturantes, em todas as cidades, bem como políticas para a distribuição e formação de apreciadores da arte.
- Instituir e manter instrumentos de comunicação para a cultura e definir uma política arrojada para a cultura digital, que fortaleça todas as suas manifestações, coletivos, tecnologias e processos.
- Promover, em todo o DF, as vocações artísticas e culturais, nas suas diferentes manifestações (cinema, música, dança, teatro, artes visuais, livro, leitura e literatura) e dimensões (cidadã, estética, simbólica e econômica).
- Valorizar e promover as diversas identidades do DF, em suas expressões e manifestações rurais e urbanas (cultura popular, afro-brasileira e indígena, manifestações tradicionais, ações para segmentos etários – crianças, jovens e idosos –, manifestações de gênero e demais segmentos culturais).
- Garantir o acesso dos cidadãos à fruição e à produção cultural, aos bens culturais, à memória e ao patrimônio cultural e histórico do DF.
- Implementar uma política de patrimônio cultural que transcenda a área tombada e contemple a dimensão metropolitana de Brasília, nas suas dimensões material e imaterial, com estruturas autônomas para a preservação patrimonial e para a integração do planejamento e da gestão urbanística e regional do DF.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança é outra área precária no Distrito Federal. O índice de mortalidade de jovens entre 15 e 29 anos encontra-se muito acima das médias nacionais e regionais. De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2011, o DF ocupava o sétimo lugar no ranking de homicídios, o terceiro em homicídios de mulheres jovens e o primeiro em ocorrências policiais relacionadas à homofobia. Além disso, grupos específicos são

altamente vitimizados: a taxa de homicídio de jovens negros, por exemplo, é sete vezes maior do que a taxa de homicídios de jovens brancos. O uso de drogas, em particular o crack, está presente em todo o DF, sem projetos efetivos de atendimento e apoio aos dependentes e suas famílias. Para resolver-se o problema, é preciso implementar uma política de fortalecimento dos órgãos de segurança, integrando-os entre si e coordenando-os com outros órgãos. É preciso fortalecer, especialmente, articular governos da Área Metropolitana de Brasília, tornando a política de segurança uma política de Estado e não de governos.

OBJETIVOS

- Integrar de forma coordenada uma série de medidas sociais e legais para a diminuição da violência no DF.
- Fortalecer os órgãos de segurança pública, garantindo condições básicas de funcionamento, quadros adequados, carreiras estruturadas, e investimento em equipamentos, tecnologia e em ações de inteligência.
- Integrar os órgãos de segurança pública do DF, coordenando as ações das polícias militar e civil, e padronizando procedimentos, em articulação com os outros governos da Área Metropolitana de Brasília (AMB).
- Eliminar a ingerência política sobre os órgãos de segurança, promovendo políticas públicas de Estado e não de Governo.
- Adaptar a estrutura e a atuação dos órgãos de segurança às particularidades de cada região administrativa, alocando efetivos, instalações e equipamentos policiais com base no mapeamento e na caracterização das ocorrências.
- Desenvolver planos de desenvolvimento de carreiras nas polícias e órgãos de segurança visando não só o aumento salarial mas o desenvolvimento e a valorização do profissional de segurança.
- Implementar uma política de segurança eficiente e integrada com as demais políticas públicas, criando programa de prevenção e de combate à criminalidade que se articule com os diversos órgãos do Governo e de outros poderes.
- Combater o tráfico de drogas, tratar e ressocializar dependentes químicos através da integração entre as forças policiais, programas de saúde e recuperação, educação, e ações de reintegração dos dependentes ao convívio social, familiar e ao mercado de trabalho.

- Instituir políticas específicas para os grupos sociais que mais sofrem violência, promovendo campanhas de prevenção e ações que melhorem o atendimento das vítimas e reduzam a impunidade.
- Planejar ações de educação e sensibilização dos motoristas para uma condução segura nas ruas e estradas do DF alinhado a ações constantes de fiscalização.
- Ressocializar presos condenados por crimes leves e jovens internos, por meio da transformação da realidade carcerária embasada na integração das ações do Estado, da sociedade, da iniciativa privada e, fundamentalmente, dos familiares do preso.

POLÍTICAS PARA SEGMENTOS SOCIAIS

As políticas do DF não são dotadas de transversalidade para atender aos diversos segmentos: crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, negros, pessoas com deficiência, LGBT, comunidades e populações tradicionais. Os princípios da justiça social e da equidade, que deveriam orientar as ações de Estado, não estão presentes nas políticas públicas no DF, e aprofundam os problemas de violência, exclusão, marginalização e discriminação. Tais práticas devem ser erradicadas, a fim de que se estabeleça no DF uma cultura de paz e de respeito aos direitos humanos.

OBJETIVOS

- Implantar políticas transversais que atendam às demandas de cada segmento – crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, negros, comunidades e populações tradicionais, LGBT, pessoas com deficiência – e corrijam as desigualdades de oportunidades nas diversas esferas da vida.
- Dotar o DF de unidades especializadas, na estrutura organizacional do Estado, que sustentem a assistência adequada a cada segmento nas diversas políticas públicas (segurança, saúde, proteção social etc).
- Reduzir os índices de violência contra segmentos – especialmente jovens, negros, mulheres e LGBT – com ações coordenadas nas regiões administrativas e na Área Metropolitana de Brasília (AMB), por meio de medidas preventivas e campanhas permanentes.
- Combater o preconceito e as práticas discriminatórias, criar espaços de

participação e promover a cultura da paz pela adoção de políticas de igualdade e respeito aos direitos humanos, monitorando e estimulando o cumprimento de normas nacionais e acordos internacionais.

- Tornar o DF vanguarda e paradigma na adoção de políticas voltadas para garantir acessibilidade plena às pessoas com deficiência.
- Garantir o atendimento igualitário no serviço público, com a qualificação e capacitação dos servidores.
- Estimular a produção de materiais didático-pedagógicos que incorporem a perspectiva dos direitos humanos.
- Fomentar a criação de Centros de Convivência da Família nas diversas regiões administrativas, em que as comunidades, especialmente seus jovens e idosos, possam ter oportunidades de vivenciar experiências coletivas de cultura, lazer e esporte.
- Promover um conjunto de ações que resultem em relações mais igualitárias no mercado de trabalho e em maior inserção socioeconômica dos segmentos, por meio de programas específicos de formação e qualificação profissional, bem como de fomento a atividades econômicas.

ESPORTE E LAZER

O Distrito Federal é reconhecido como celeiro de campeões em diversas categorias esportivas, do triatlo às artes marciais. Entretanto, na maioria dos casos, as histórias de sucesso dos nossos atletas decorrem de sacrifícios pessoais e da aplicação de recursos próprios ou, menos frequentemente, oriundos da iniciativa privada, com pouco ou nenhum apoio sistemático dos órgãos governamentais.

É notória a falta de uma política consistente de incentivo ao esporte, em todas as suas dimensões. Avançou-se pouco nos últimos anos, por exemplo, nas ações relacionadas ao uso de atividades esportivas em iniciativas voltadas para a inclusão social e para o fortalecimento da cidadania. Optou-se pela construção de estruturas que não têm sido aproveitadas a contento, e pelo abandono de complexos esportivos instalados, sem a efetiva participação da comunidade na definição de prioridades. Enquanto isso, há uma enorme carência de pessoal capacitado para a implantação de programas

governamentais, que, por meio do esporte e do lazer de qualidade, incentivem a adoção de hábitos saudáveis e, ao mesmo tempo, promovam o fortalecimento da cidadania e o protagonismo social. Para mudar, é essencial pensar o esporte e o lazer no conjunto das ações governamentais, integrando-os às demais políticas setoriais e aproveitando seu potencial agregador e de mobilização da infância, da juventude e dos idosos.

OBJETIVOS

- Fortalecer o desporto educacional, pelo incentivo à qualificação profissional, pelo provimento de equipamentos às escolas, pela realização de torneios e de outros eventos, pelo fomento ao esporte amador.
- Articular iniciativas esportivas comunitárias locais com as escolas, sob orientação pedagógica e com foco em saúde.
- Proporcionar mais saúde e qualidade de vida aos cidadãos do DF, implementando ações de fomento a práticas esportivas para condicionamento físico, consciência corporal, flexibilidade, força e coordenação motora.
- Implantar políticas consistentes de apoio a projetos esportivos por meio de editais, com transparência na destinação e nas prestações de contas dos recursos públicos.
- Desenvolver projetos de formação de quadros técnicos especializados para o fortalecimento do esporte em todas as suas dimensões, integrando o desporto escolar, o comunitário e o de alto rendimento.
- Promover a utilização racional e qualificada de espaços e equipamentos públicos esportivos, culturais e de lazer que se encontram subutilizados ou deteriorados, em articulação com os órgãos de segurança pública, visando a difusão da cultura da paz.
- Desenvolver políticas públicas destinadas a ampliar o apoio do governo para a prática de lazer comunitário.

6. EIXO PROGRAMÁTICO CIDADANIA

Um governo serve para atender às reais necessidades da população: prover serviços públicos de qualidade, facilitar e induzir o desenvolvimento e garantir a paz social. Esta não é a realidade do DF: os serviços públicos são deficitários, a burocracia e a corrupção travam o desenvolvimento e cresce, a cada dia, a sensação de insegurança, diante da impunidade.

Mais do que um choque de gestão, o DF precisa de um choque de prioridades. As boas iniciativas merecem ser mantidas; as ineficientes precisam ser mudadas; a malversação precisa ser banida. O símbolo maior do desperdício no uso de recursos públicos é a reforma e ampliação do Estádio Mané Garrincha. Com um projeto superfaturado, que criou uma edificação com capacidade muito superior ao que seria tecnicamente recomendável para o porte da cidade, o estádio é o retrato do descaso do governo com os desejos e as reais necessidades da população.

Um modelo de gestão eficaz, eficiente, transparente, democrático e participativo é a base para a efetiva implementação das políticas públicas setoriais e transversais previstas nestas diretrizes de governo, com agilidade e otimização no uso dos recursos públicos, a fim de gerar impactos positivos para a qualidade de vida da população.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- **Reforçar e ampliar a participação da sociedade e o controle social.** A participação da sociedade no Governo do Distrito Federal precisa ser reforçada, qualificada e ampliada. A Lei Orgânica prevê diversas instâncias colegiadas, e, embora muitas delas estejam instaladas, sua capacidade de influenciar as decisões e exercer o controle das atividades governamentais é limitada. Os conselhos e comissões devem ser reforçados, ampliados e, mais do que isso, devem exercer o controle social necessário para mudar o futuro do DF.
- **Ampliar a capacidade de planejamento e de execução.** O GDF abriu mão das ferramentas de planejamento e gestão. Perdeu-se a capacidade de pensar o futuro do Plano Piloto e das cidades que compõem o DF. Os Planos de Desenvolvimento Local (PDL) são ignorados nos projetos governamentais. O PDL do Plano Piloto, conhecido como Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), está sendo rejeitado pela sociedade, que

vê nas propostas a promoção indisfarçada de interesses imobiliários e a manutenção das práticas que levaram à desorganização do uso e da ocupação do espaço territorial do DF. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), o PPCUB e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) precisam ser concluídos e periodicamente revisados, com ampla participação de especialistas e da sociedade, a fim de dotar o Poder Público de um conjunto articulado e integrado de instrumentos de planejamento voltados para o atendimento do interesse público, em um contexto de crescente complexidade do DF e região.

- **Simplificar e desburocratizar a máquina pública.** Os servidores e a administração pública do DF precisam ser valorizados. A máquina pública deve ser modernizada, tornar-se mais ágil e dinâmica, por meio da racionalização e da simplificação de rotinas e procedimentos administrativos. O Estado, com uma estrutura administrativa anacrônica, é incapaz de resolver os problemas da comunidade. A demora na execução dos procedimentos administrativos e a circulação lenta de documentos e informações prejudicam o funcionamento da administração e o atendimento ao cidadão. Há ainda forte resistência à mudança, fruto da desmotivação dos servidores, que precisam ser continuamente capacitados e qualificados, dispondo de condições dignas de trabalho.

GESTÃO E GOVERNANÇA

Planejamento. O Governo do DF abriu mão do planejamento como instrumento de ordenamento territorial e de indução do desenvolvimento. Na prática, interesses de grupos econômicos se sobrepõem aos interesses da população e criam padrões irracionais de crescimento econômico, aprofundam as desigualdades sociais e promovem intensa degradação ambiental.

Projetos estratégicos. Para além de ações de governo, com horizonte temporal ditado pelo calendário eleitoral, o DF precisa pensar políticas que ultrapassem o período de um governo. A população paga o alto custo da ênfase quase exclusiva em ações de curto prazo, mal planejadas e ineficientes, enquanto os congestionamentos de trânsito se multiplicam, a escola pública apresenta resultados sofríveis e as filas dos hospitais são

intermináveis, entre outros exemplos.

Participação e controle social. As ações de governo precisam espelhar os desejos e as reais necessidades da população. Para que isso aconteça, é imprescindível que o cidadão participe da formulação, execução, avaliação e controle das políticas públicas. A comunidade merece assumir o protagonismo na definição dos rumos de nossa cidade. Audiências públicas precisam garantir a efetiva consulta à população. Conselhos e comitês comunitários precisam ser instalados e dinamizados, compostos majoritariamente por membros da sociedade.

Transparência. Uma condição fundamental para a efetividade do controle social é a transparência dos atos e gastos da administração pública. É urgente a completa informatização das rotinas e dos procedimentos administrativos do GDF, com a disponibilização das informações para a sociedade. Processos difusos e pouco transparentes na prestação de contas dos gastos públicos dificultam a fiscalização e controle, facilitam a impunidade e estimulam a corrupção.

Descentralização. Os governos locais têm, indiscutivelmente, maior capacidade de identificar as demandas e as necessidades da população. Esta deve ser a função primordial das Administrações Regionais, com quadros profissionais, mais autonomia financeira e maior capacidade operacional.

Burocracia. A máquina pública do GDF é cara e lenta. A demora na expedição de documentos, certidões e alvarás, por exemplo, prejudica sensivelmente o desenvolvimento do DF e estimula a informalidade. Os procedimentos e processos administrativos precisam ser modernizados e reformulados, de modo a conferir agilidade e eficiência à ação do governo.

Combate à corrupção. O DF acostumou-se, nos últimos anos, a protagonizar as páginas policiais dos jornais com denúncias de irregularidades e investigações de corrupção que vão da caixa de pandora a obras superfaturadas. Faz-se necessário promover o combate a corrupção, pautando a gestão da capital federal em princípios éticos.

OBJETIVOS

- Recuperar a capacidade do GDF de planejar, implementar, controlar e avaliar políticas públicas, fortalecendo os órgãos que o compõem e disseminando uma cultura baseada em visão estratégica e gestão por

resultados.

- Fortalecer os espaços de participação popular e as instâncias de controle social com o objetivo de implantar a gestão colaborativa e construir um governo ético, democrático e transparente.
- Redefinir as bases da relação com a Câmara Legislativa, a fim de construir a governabilidade de maneira democrática e republicana.
- Promover o combate à corrupção por meio da transparência das ações do Governo e do intenso controle e fiscalização;
- Promover a sistematização integrada de informações e dados das Secretarias e demais órgãos do GDF;
- Aumentar a eficiência e a transparência do governo com o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação.
- Reduzir o custo da máquina administrativa e gerar eficiência na estrutura organizacional, descentralizando e delegando autoridade e responsabilidade ao gestor público, bem como conformando a estrutura estadual a um modelo gerencial adequado para responder, de forma rápida e eficiente, às demandas sociais postas ao setor público.
- Garantir a profissionalização do serviço público, com a substituição expressiva de servidores de cargos em comissão por servidores de carreira, com reposição de quadros permanentes, realização de concursos públicos, valorização das carreiras e ênfase no mérito.
- Profissionalizar o quadro de servidores das Administrações Regionais, selecionados por concurso público e preparados para atuar segundo critérios de impessoalidade, agilidade e qualificação técnica.
- Promover a descentralização e a simplificação dos procedimentos administrativos, combatendo a burocracia e aumentando a capacidade de realização do governo.
- Integrar as políticas públicas para a RIDE, em articulação com os governos Federal, de Goiás e de Minas Gerais.